mazars

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENGIE SOLUCOES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 3
Balanço patrimonial 6
Demonstração do resultado do exercício 7
Demonstração dos resultados abrangentes 8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstração dos fluxos de caixa 10
Notas explicativas às demonstrações financeiras 11
1 Informações gerais 11
2 Aprovação das demonstrações financeiras 11
3 Resumo das principais práticas contábeis 11
3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes e ainda não vigentes 12
3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes 12
3.3 Declaração de conformidade 13
3.4 Estimativas e julgamentos críticos 13
3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação 13
3.6 Caixa e equivalentes de caixa 13
3.7 Instrumentos financeiros 14
3.8 Contas a receber de clientes 15
3.9 Estoques 15
3.10 Outras contas a receber (circulante e não circulante) 15
3.11 Imobilizado 15
3.12 Contas a receber - Ativo de contrato 16
3.13 Fornecedores e outras contas a pagar 16
3.14 Provisões 16
3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido 17
3.16 Benefícios a funcionários 17
3.17 Capital social e dividendos 17
3.18 Reconhecimento de receita 17
4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 18
4.1 Fatores de risco 18
5 Caixa e equivalente de caixas 19
6 Contas a receber - ativo de contrato 19
7 Estoques 20
8 Imobilizado 21
9 Fornecedores 22
10 Empréstimos e financiamentos 22
11 Obrigações tributárias 23
12 Patrimônio líquido 23
13 Receita operacional líquida 24
14 Gastos por natureza 24
15 Resultado financeiro 25
16 Imposto de renda e contribuição social corrente 25
17 Seguros (não auditado) 26
18 Remuneração do pessoal-chave da administração 26
19 Eventos subsequentes 26

Mazars Auditores Independentes
Av. Manoel Ribas, 985 - Salas 45/46/47
Curitiba - Paraná
Tel.: (41) 3082 3905
www.mazars.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.
Uberlândia - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito e possíveis efeitos descritos na seção "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 7, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2021 o saldo R$ 10.787.000 de bens de estoques de mercadorias para concessão, enquanto que o relatório de controle dos bens indica o montante de R$ 6.814.000, valor inferior em R$ 3.973.000 ao saldo contábil. Por meio da aplicação dos testes de auditoria, observamos que a valorização dos estoques ao longo do exercício de 2021 foi realizada de maneira inconsistente. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto a valorização dos estoques de mercadorias para concessão. Consequentemente, não foi possível determinar se ajustes poderiam ser necessários em relação ao saldo de bens de estoques de mercadoria para concessão, no montante de R$ 10.787.000, seus efeitos sobre o prejuízo do exercício e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021.

Conforme notas explicativas nº 3.18 e nº 13, a Companhia mensura sua receita de serviços de implementação de infraestrutura aplicando uma margem de lucro contratual e os respectivos impostos, sobre o valor do custo orçado. Em 2021, a Administração identificou que R$ 2.075.000 registrados como receita bruta no exercício de 2020, foram mensurados incorretamente, e, portanto, procederam com o ajuste contábil para reverter o efeito desta receita inexistente e seu valor a receber registrado no ativo, afetando o resultado do exercício corrente. Consequentemente, o prejuízo líquido do exercício, está apresentado a maior em R$ 1.370.000, líquido dos respectivos efeitos fiscais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 18 de outubro de 2021, com opinião sem modificações sobre as demonstrações financeiras.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 4 de abril de 2022.



Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 PR

Everton Araken Paetzold
Contador CRC PR 047959/O-9

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.017	5.947
Contas a receber - ativo de contrato	6	10.678	11.982
Estoques	7	14.951	12.471
Outros ativos		111	89
Tributos a recuperar		747	-
		29.503	**30.490**
Não circulante			
Contas a receber - ativo de contrato	6	45.855	10.312
Imobilizado	8	421	347
Direito de uso		244	292
		46.520	**10.950**
Total do ativo		**76.023**	**41.440**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	9	4.295	10.709
Obrigações sociais e trabalhistas		501	243
Empréstimo e financiamento	10	41.722	-
Obrigações tributárias	11	3.710	4.342
Passivo de arrendamento		154	171
Outros passivos		3.949	32
Dividendos a pagar		193	193
		54.523	**15.689**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		104	
Passivo de arrendamento		91	122
Outros passivos		9	9
		204	**131**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		25.000	25.000
Reserva legal		41	41
Prejuízos acumulados		(3.745)	578
Total do patrimônio líquido		**21.296**	**25.619**
Total do passivo e patrimônio líquido		**76.023**	**41.440**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do resultado em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	14	39.671	27.373
(-) Custo da prestação de serviços de iluminação pública	15	(41.024)	(23.475)
Lucro (prejuízo) bruto		**(1.353)**	**3.898**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(728)	(421)
Outras receitas (despesas)		1.153	508
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**(928)**	**3.986**
Receitas financeiras	16	875	275
Despesas financeiras	16	(2.695)	(119)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		**(2.747)**	**4.143**
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(1.576)	**(3.330)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**(4.323)**	**812**
Lucro (prejuízo) R$ / ação		**(0,17)**	**0,03**
Quantidade de ações – em milhares		**25.000**	**25.000**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(4.323)**	**812**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(4.323)**	**812**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares reais)

	Capital Social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020				
Integralização de capital	25.000			25.000
Lucro líquido do exercício			812	812
Dividendos obrigatórios			(193)	(193)
Constituição reserva legal		41	(41)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**25.000**	**41**	**578**	**25.619**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	(4.323)	(4.323)
Em 31 de dezembro de 2021	**25.000**	**41**	**(3.745)**	**21.296**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	**(2.747)**	**4.143**
Ajustados por:		
Provisões de custos a incorrer	3.947	
Juros bancários	1.691	
Amortização do direito de uso	48	110
Depreciação e amortização	69	30
	3.008	**4.283**
Aumento ou diminuição dos ativos e passivos		
Contas a receber – ativo de contrato	(34.239)	(22.301)
Estoques	(2.480)	(12.471)
Tributos a compensar	(747)	
Outros ativos	(22)	(82)
Fornecedores	(6.414)	10.709
Obrigações tributárias	505	1.629
Obrigações sociais	258	244
Outros passivos	(78)	2.836
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.713)	(3.330)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(42.922)**	**(18.484)**
Das atividades de investimentos		
Compra de Imobilizado	(143)	(376)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(143)**	**(376)**
Das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	40.135	
Integralização de capital		25.000
Distribuição de dividendos		(193)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**40.135**	**24.807**
Caixa gerado (consumido) no exercício	**(2.930)**	**5.947**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.947	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.017	5.947
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**(2.930)**	**5.947**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Informações gerais

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (SPE Uberlândia), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 2020, é uma sociedade de propósito específico, com prazo de duração determinado de 20 anos ou enquanto existir o contrato de concessão, e tem como objeto social a montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação, serviços de engenharia e de energia elétrica, manutenção de redes e sistemas eletroeletrônico, locação de máquinas e equipamentos, construção civil em geral, comércio atacadista e varejista de materiais e equipamentos e participação em consórcios e sociedades.

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. têm como Objeto Social único a exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas e a exploração de fontes de receitas acessórias, na forma de contrato de concessão administrativa e seus anexos (Contrato de Concessão Administrativa), conforme especificações do edital de licitação na modalidade de concorrência pública nº 568/2019 (Edital), com base em autorização pela Lei Municipal nº 13.043, de 2 de janeiro de 2019.

No exercício de 2020 a SPE Uberlândia firmou o contrato nº 011/2020 com o Município de Uberlândia e deu início as atividades contratuais em 23 de janeiro de 2020. A primeira fase contratual consistiu nas entregas do plano de transição, do CCO provisório e dos seguros, após aprovação por parte do município, e consequente formalização da data de eficácia, foi dado início a fase dois do contrato, nesta foram iniciados os serviços de Operação e Manutenção do Parque de Iluminação Pública, e ainda a entrega do plano estratégico, cadastro base do parque de iluminação pública e projetos executivos, neste momento foi iniciada a fase três, serviços de modernização do parque de iluminação pública.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R$ 4.323 (2020 – R$ 812 de lucro líquido) e o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 25.020. A administração, ciente da estrutura patrimonial e de liquidez da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nr. 19, emitiu em 15 de janeiro de 2022, debêntures no montante de R$ 65.000, com pagamentos semestrais a partir do vencimento inicial em 15 de julho de 2022 e vencimento final em 15 de janeiro de 2034. Esta emissão, seguida da amortização da nota promissória registrada no curto prazo, reequilibrou o nível de endividamento e adequou o fluxo de pagamentos nos próximos 12 meses em relação a atual posição de geração de caixa da Companhia.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. Não houve impacto nas demonstrações financeiras em razão da não aplicabilidade das situações.

3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB em maio de 2020 e tem efetiva aplicação a partir de 1ºde janeiro de 2022.

IAS 16 "Ativo Imobilizado"	Proibição de uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"	Esclarecimento que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
IFRS 3 "Combinação de Negócios"	Tem por objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020	Aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2022: i. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. ii. IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. iii. IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
IAS 1 "Apresentação das Demonstrações financeiras"	Esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório).
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.3 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo e evidenciam todas as informações relevantes próprias nas demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

3.4 Estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento se referem a:

Estimativa dos custos ligados aos streamings de receita de (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M), conforme previsto no contrato de concessão.

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.7 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia mensura ativos financeiros básicos e passivos financeiros básicos ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável, exceto os instrumentos financeiros derivativos, os quais, são reconhecidos a seu valor justo.

São contabilizados os instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar.

O reconhecimento inicial se dá quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro.

Mensuração inicial

Quando um ativo ou um passivo financeiro é reconhecido, a Companhia avalia pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

Mensuração subsequente

Ao final de cada exercício de divulgação, a Companhia avalia os instrumentos de dívida com base no custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os instrumentos de dívida que são classificados como ativos ou passivos circulantes são avaliados com base no valor não descontado de caixa ou outra consideração que se espera deve ser paga ou recebida (ou seja, líquido de reduções ao valor recuperável.

Desreconhecimento (baixa) de ativo financeiro

A Companhia desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

(a) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; ou
(b) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou
(c) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

Impairment de instrumentos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda dos serviços e materiais no decurso normal das atividades da Companhia.
Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado fixo.

O custo das mercadorias compreende o custo de aquisição, gastos com importação e transporte.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.10 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.12 Contas a receber - Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de iluminação pública como o serviço prestado mediante a construção/modernização (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a receita proveniente deste contrato é alocada a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados dos respectivos impostos (PIS, Cofins e ISS) e de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de iluminação corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de iluminação ao longo da execução da obra de modernização da infraestrutura de iluminação pública. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da receita alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

3.13 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.14 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC PME e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Benefícios a funcionários

O reconhecimento desse benefício, como a participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

3.17 Capital social e dividendos

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. Os lucros são distribuídos mediante deliberação os sócios e se houver disponibilidade de lucros e capacidade de pagamento.

3.18 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de iluminação considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

4.1 Fatores de risco

4.1(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, principalmente nas rubricas contas a pagar a fornecedores. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia efetuou operações de *NDF – Non Deliverable Forward* para proteger suas aquisições de fornecedores, basicamente a Telemsa. Todas as operações foram liquidadas durante o ano de 2021, não restando nenhum contrato em aberto.

4.1(b) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais atrelada à moeda estrangeira.

Non-Deliverable Forward - NDF

O total das operações realizadas em 2021, na modalidade de NDF, teve um resultado líquido negativo R$ 29. Em dezembro de 2021 não há saldos de operações de derivativos em aberto.

4.1(c) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamento

A Companhia possui aplicações financeiras pós fixadas, atreladas a variação do CDI e do IPCA.
O empréstimo através da nota promissória é atrelado à variação do CDI.

4.1(d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Na prática, a Prefeitura Municipal de Uberlândia é o cliente majoritário e o risco de inadimplência é baixo, dado que o serviço fornecido pela Companhia não pode ser interrompido.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não manter os investimentos concentrados em um único grupo econômico. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

4.1(e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira.

5 Caixa e equivalente de caixas

	2021	2020
Bancos conta movimento	216	176
Aplicações financeiras	2.801	5.771
	3.017	**5.947**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata.

6 Contas a receber - ativo de contrato

			2021	2020
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Ativo de contrato	10.678	45.855	56.533	**22.294**
Contas a receber - outras	-	-	-	**7**
	10.678	**45.855**	**56.533**	**22.301**

A movimentação do contas a receber proveniente de Ativo de contrato, é a seguinte:

Saldos em 31.12.2019	
Custo de construção de infraestrutura de iluminação pública	17.695
Margem de construção de infraestrutura de iluminação pública	4.104
Juros	148
Variação monetária	346
Saldos em 31.12.2020	**22.294**
Custo de construção de infraestrutura de iluminação pública	34.114
Margem de construção de infraestrutura de iluminação pública	4.956
Juros	2.328
Recebimento	(10.246)
Variação monetária	3.088
Saldos em 31.12.2021	**56.533**

7 Estoques

	2021	2020
Estoque de mercadorias para concessão (operação/manutenção)	10.787	10.766
Mercadorias recebidas em consignação	34	55
Adiantamento para aquisição de estoque	4.130	1.650
	14.951	**12.471**

A Companhia identificou, ao longo do exercício de 2021, a valorização de estoque de mercadorias para concessão estava sendo realizada de maneira inconsistente e que essas distorções serão corrigidas no exercício de 2022.

8 Imobilizado

(a) Composição

		2021			2020		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Operação							
Equipamentos Informática	20%	93	34	59	93	14	80
Móveis e Utensílios	10%	7	1	6	7	-	7
Máquinas e Equipamentos	10%	159	21	138	159	5	154
Equipamentos em Prop.Terc.	10%	9		9	9	-	9
Veículos		139	10	129		-	
Benfeitoria em Prop. Terc.	4%	112	32	80	108	11	96
		519	**98**	**421**	**376**	**30**	**346**

Hipotecas e garantias

Os itens do ativo imobilizado estão livres de ônus e hipotecas/garantias.

Indicadores de Impairment e vida útil do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, as análises da administração não identificaram indícios internos ou externos de redução relevante nos valores de recuperação para seus ativos imobilizados, dispensando a realização de ajustes por impairment. A sociedade entende que as taxas de depreciação atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil e econômica desses ativos.

(b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Equipamentos em Prop.Terc	9		-	9
Máquinas e Equipamentos	154		16	138
Equipamentos de Informática	80		20	59
Móveis e Utensílios	7		1	6
Veículos	-	139	10	129
Benfeitorias	97	4	22	80
	346	**143**	**69**	**421**

9 Fornecedores

O saldo de fornecedores se refere a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes pelo fato do pagamento ser devido no período de um ano. O saldo demonstrado em 31/12/2021 é de R$ 4.295 (R$ 10.709 em 31/12/2020).

10 Empréstimos e financiamentos

					2021	2020
Instituição financeira	**Modalidade**	**Taxa de juros**	**Principal**	**Juros a pagar**	**Saldo**	**Saldo**
Banco Itaú	Nota promissória	CDI + 1,42%a.a	40.000	1.691	41.691	-
Banco Safra	Leasing	10,033% a.a	134		134	
Circulante			**40.037**	**1.684**	**41.722**	
Não circulante			**97**	**7**	**104**	

A Companhia emitiu nota promissória em 03 de fevereiro de 2021, no montante de R$ 40.000, representando por 4 notas promissórias com vencimento em 28 de fevereiro de 2022. Sobre a Nota Promissória incidirá juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de sobretaxa igual a 1,42% (um inteiro e quarenta e dois centésimos por cento) ao ano.

11 Obrigações tributárias

	2021	2020
ISS a recolher	1.785	
IRPJ a recolher	-	738
IPI a recolher	-	1.974
COFINS a recolher	1.551	-
PIS a recolher	336	
Outras obrigações	36	1.591
	3.710	**4.304**

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e detido pela acionista SADENCO Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda. (SADENCO) em 2021 e 2020 é de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), subscrito e integralizado, representado por 25.000.000 ações sem valor nominal, pertencentes à empresa pela, conforme descrito no Estatuto Social, item “Controle Societário”.

	2021			2020	
nº de ações	Participação (%)	Capital social	nº de ações	Participação (%)	Capital social
25.000.000	100	25.000	25.000.000	100	25.000

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Prejuízos acumulados

Os resultados acumulados compreendem o lucro líquido, não distribuído, do exercício de 2020, após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, constituído à alíquota de 25%, bem como o prejuízo apurado no exercício findo em 31/12/2021.

13 Receita operacional líquida

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços da concessão	**45.336**	**29.366**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e COFINS	(4.221)	(17)
ISS	(1.444)	(1.976)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	**39.671**	**27.373**

Em 2021, a Administração identificou que cerca de R$ 2.075 registrados como receita de implementação de infraestrutura no exercício de 2020, foram mensurados indevidamente sobre o valor do custo incorrido, o qual foi superior ao custo orçado. Pelo fato deste critério de apuração de receita estar em desacordo com o critério do contrato de concessão, e, representar ineficiência do serviço, a Administração corrigiu estes valores no exercício de 2021, revertendo o efeito nas rubricas de contas a receber ativo de contrato contra a conta de receita bruta.

14 Gastos por natureza

	2021	2020
Custos de Infraestrutura IFRIC	(33.596)	(17.695)
Folha de pagamento e encargos	(1.820)	(1.211)
Custos na prestação dos serviços	(1.097)	(4.155)
Depreciação e amortização	(287)	(140)
Custos seguros	(163)	(127)
Custo tributos	(74)	(127)
Outros custos	(3.987)	(20)
Custos operacionais	**(41.024)**	**(23.475)**
Despesas serviços de terceiros	(504)	(292)
Despesa com folha de pagamentos e encargos administrativos	(165)	(102)
Despesas com Materiais	(49)	(25)
Outras despesas administrativas	(7)	(1)
Despesas administrativas	**(728)**	**(421)**
Total de custos e despesas por natureza	**(41.765)**	**(23.895)**

15 Resultado financeiro

	2021	2020
Variação cambial ativa	171	-
Rendimento de aplicações financeiras	700	275
Receitas financeiras	**875**	**275**
Variação cambial passiva	(423)	-
Tarifas bancárias	(16)	(15)
Juros sobre empréstimos	(1.691)	-
Perdas com aplicações financeiras	(543)	(86)
Outras despesas financeiras	(23)	(17)
Despesas financeiras	**(2.695)**	**(119)**
	(1.819)	**156**

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(2.747)**	**4.142**
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	934	(1.408)
Adições do exercício - Provisões de custos a incorrer	1.343	
Outras adições e exclusões indedutíveis	453	
IRPJ e CSLL sobre diferença temporária não reconhecidos	(2.730)	
Imposto de renda e contribuição social	**-**	**(1.408)**
Diferença de base de cálculo para as empresas tributadas pelo lucro presumido		(1.922)
Diferença de base de cálculo pelo regime de apuração do lucro real trimestral	(1.576)	
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(1.576)**	**(3.330)**
Taxa efetiva	(57%)	81%

17 Seguros (não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2021, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Montante de cobertura
Riscos operacionais	20.000
Responsabilidade civil	20.000

18 Remuneração do pessoal-chave da administração

Todos os administradores renunciaram ao recebimento de remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

19 Eventos subsequentes

(a) Emissão de debêntures

Em 15 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures no montante de R$ 65.000 sendo emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) série única com valor nominal de R$ 1 (Hum mil reais). As debêntures serão atualizadas monetariamente pela variação acumulada no IPCA com juros remuneratórios calculados com base na variação da taxa de retorno do Tesouro IPCA + juros semestrais com vencimento em 2030 acrescida de spread de 0,85% ao ano

O vencimento da operação se dará em 15 de janeiro de 2034. As amortizações serão com pagamentos semestrais com vencimento inicial em 15 de julho de 2022.

(b) Pagamento empréstimo

No dia 25 de fevereiro de 2022 a nota promissória emitida em fevereiro de 2021 foi quitada no montante de R$42.965 contemplando o principal de R$ 40.000 e juros de R$ 2.965.

* * *